

Dívida: pagamento simbólico de juros.

A medida, admitida pelo governo, é parte da estratégia para evitar dificuldades na obtenção de novos créditos para financiar o comércio exterior.

O Brasil poderá efetuar o “pagamento simbólico” de parte dos juros em atraso com os credores externos, admitiu ontem, em Brasília, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet. Esse procedimento evitaria a classificação dos débitos brasileiros nos Estados Unidos como de recuperação duvidosa, o que dificultaria e encareceria a obtenção de novos créditos, inclusive para as linhas de financiamento de curto prazo, essenciais para a manutenção de seu movimento comercial no Exterior.

Não há, no entanto, nenhuma proposta neste sentido em estudo pelo governo no momento, uma vez que o plano global de renegociação da dívida para encerramento da moratória está sendo preparado para apresentação aos credores somente em setembro, de acordo com o que fora combinado com os bancos, após a suspensão do pagamento da dívida, afirmou Milliet.

O ex-presidente do BC e atual consultor do Ministério da Fazenda para renegociação da dívida, Fernão Bracher, por sua vez, negou categoricamente que o Brasil vá fazer pagamentos simbólicos e desmentiu que eles seriam de US\$ 400 milhões, ao afirmar que desconhecia a origem dessa cifra, da qual nunca havia tido conhecimento. Assim como Milliet, Bracher considera improvável que os Estados Unidos venham a reclassificar os débitos brasileiros, uma vez que a simples possibilidade de êxito de negociações em adamento pode servir como critério para isso, mesmo que não tenha havido qualquer tipo de pagamento. Os próprios bancos credores, no entanto, poderiam vir a forçar tal reclassificação, para obter vantagens fiscais.

Milliet ainda considerou possível que o Brasil venha a obter **spread** zero, ou seja, a renúncia dos bancos credores a qualquer taxa de risco, desde que esta seja uma solução para “melhorar a qualidade do crédito”, isto é, viabilizar o seu recebimento, cobrindo-se o custo de captação. Esta, afirmou Milliet, não é uma proposta agressiva, mas viável diante da intenção brasileira de pagar, embora preservando um nível estratégico de reservas cambiais e as metas de crescimento indispensável para a consolidação da economia do País, com seu retorno à normalidade.

As declarações de Milliet e Bracher foram feitas durante encontro da primeira turma de funcionários concursados pelo Banco Central, há 20 anos, e que reuniu todos os ex-presidentes da instituição, com exceção de Affonso Celso Pastore, que teria perdido o avião, embora houvesse confirmado a presença.

Credibilidade abalada

O ex-presidente, por duas vezes, do Banco Central e ex-ministro da Fazenda, Ernane Galveas, afirmou que as condições que os bancos credores estão oferecendo ao Brasil lhe parecem razoáveis e haverá uma solução, em breve, para a moratória. Galveas criticou a declaração unilateral da moratória quando havia a possibilidade de um entendimento com a comunidade bancária internacional, o que criou mais obstáculos à obtenção de dinheiro novo e à superação de dificuldades temporárias da balança de pagamentos.

A moratória, segundo Galveas, abalou a credibilidade internacional no Brasil, o que parece estar se dissipando diante da intenção declarada de pagamento da dívida e das negociações para superar a suspensão dos pagamentos.

Paulo Lyra, presidente do Banco Central durante o governo Geisel, defendeu o processo de endividamento brasileiro por ter propiciado a transformação do País, colocando-o como oitava economia industrializada do mundo e em condições de continuar crescendo. O pagamento da dívida, disse, é administrável e o País pode até mesmo propor sua quitação em 20 anos, o que não seria de interesse dos próprios credores.

Ainda sobre a dívida, o ex-presidente Francisco Gros afirmou que a conversão desta em investimentos no País não deve ser encarada como “a salvação da lavoura” ou “um desastre que nada resolverá”. A conversão, disse, é um instrumento a mais que o País dispõe para a renegociação. É necessário, no entanto, definir objetivos de política econômica para a sua utilização, já que tecnicamente é um instrumento já em condições de aplicabilidade. Se adotada a premissa de que a grande meta é a retomada de investimentos, pode ser recomendável a conversão, em setores específicos, para desengavetar dezenas de projetos governamentais que não saem do papel por falta de capacidade de financiamento. A ameaça de desnacionalização que este processo poderia trazer, afirmou Gros, pode ser evitada com regulamentação, o que já se faz, aliás, uma vez que o crescimento brasileiro sempre foi sustentado pelo capital estrangeiro.

Carlos Geraldo Langoni, também ex-presidente do Banco Central, defendeu a independência e maiores poderes para a instituição. “Se o Banco Central tivesse maior independência, a situação da dívida não teria chegado ao nível em que está, pois teriam sido proibidos os empréstimos de Estados, municípios e empresas estatais que não tinham capacidade de pagamento.” A renegociação da dívida, disse, é essencialmente política, hoje, não podendo ser conduzida apenas pelo Banco Central, mas pelos ministros da Fazenda, das Relações Exteriores e o próprio presidente da República.